

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO SUPERIOR DE BACHARELADO EM DESENVOLVIMENTO RURAL -
PLAGEDER**

CRISTINA RODRIGUES TREIN

**PERCEPÇÃO DAS MULHERES QUE ATUAM NA ÁREA RURAL DO
MUNICÍPIO DE SANTA VITÓRIA DO PALMAR QUANTO À DISCRIMINAÇÃO
DE GÊNERO**

Santa Vitória do Palmar

2017

CRISTINA RODRIGUES TREIN

**PERCEPÇÃO DAS MULHERES QUE ATUAM NA ÁREA RURAL DO
MUNICÍPIO DE SANTA VITÓRIA DO PALMAR QUANTO À DISCRIMINAÇÃO
DE GÊNERO**

Projeto apresentado na DERAD503 - Projeto de Monografia do Curso de Superior de Bacharelado em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial da disciplina.

Professora: Tatiana Engel Gerhardt

Tutora: Judit Herrera Ortuño

Porto Alegre

CRISTINA RODRIGUES TREIN

**PERCEPÇÃO DAS MULHERES QUE ATUAM NA ÁREA RURAL DO
MUNICÍPIO DE SANTA VITÓRIA DO PALMAR QUANTO À DISCRIMINAÇÃO
DE GÊNERO**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológica em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Desenvolvimento Rural.

Aprovado com Conceito (____). Santa Vitória do Palmar, 14 de dezembro de 2017.

Prof(a). Dr(a). Tatiana Gerhardt
Orientador
UFRGS

Prof(a). Tatiana Miranda
UFRGS

Prof(a). Dr(a). Rumi Regina Kubo
UFRGS

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos meus familiares, amigos, produtores rurais, entidades, organizações e agroindústrias do município de Santa Vitória do Palmar que abriram suas portas para a realização dos trabalhos ao longo do curso.

Agradeço ao meu marido e minha filha, pelo tempo de suas vidas que cederam para a realização desta etapa.

Agradeço a minha mãe e ao meu pai “In memoriam” pelo constante estímulo aos estudos.

Em fim agradeço a Universidade Federal do Rio Grande do Sul por mais esta oportunidade de qualificação gratuita e de qualidade.

RESUMO

Gênero se refere à posição sociocultural que homens e mulheres ocupam e à forma a qual a sociedade distribui as regras e atribuições. Foi realizado um trabalho de caracterização e posterior levantamento a respeito da percepção das mulheres que trabalham no meio rural do município de Santa Vitória do Palmar-RS sobre a discriminação de gênero no desempenho de suas atividades profissionais. O município tem sua economia baseada na atividade agropecuária. Uma pesquisa quanti-qualitativa foi realizada, por meio de um questionário, aplicado a mulheres que desempenham atividades nesse ambiente, com o objetivo de verificar as dificuldades encontradas por elas no trabalho produtivo no meio rural. Elas são divididas em produtoras rurais, funcionárias de propriedades rurais e prestadoras de serviços no meio rural. Encontrou-se que a maioria das entrevistadas se sente valorizada na sua área de atuação e poucas vezes, em suas atividades no meio rural, são desvalorizadas por serem mulheres. Elas observam também não haver muito tratamento desigual nessas atividades.

Palavras-chave: Mulher; Rural; Discriminação; Gênero; Trabalho.

ABSTRACT

Gender is referred as the social-cultural placement men and women have and the way society distributes rules and attributions. A study was realized in the characterization and, later an interview regarding the perception of women working in the rural environment of the municipality of Santa Vitória do Palmar-RS and the discrimination of gender in the development of their professional activities. The municipality has its economy based in the agricultural business. A quantitative and qualitative research was done by means of a questionnaire, applied to women that work on this environment, with the objective to verify the difficulties encountered by them in the productive work in agriculture. They are separated in rural producers, workers in properties and service providers in the sector. It was found that the majority of those interviewed find themselves valued within their activity areas, and seldomly within their rural activities are devalued for being females. They also observe that treatment commonly equal in these activities.

Keywords: Woman, Rural, Discrimination, Gender, Work

LISTA DE FIGURAS

Gráfico 1 – Distribuição das mulheres entrevistadas conforme atividade desempenhada no meio rural.....	22
Gráfico 2– Distribuição das entrevistadas por faixa etária.....	23
Gráfico 3 - Distribuição das mulheres entrevistadas de acordo com o estado civil.	23
Gráfico 4 - Escolaridade das entrevistadas.....	24
Gráfico 5 - Quantidade de filhos	24
Gráfico 6 - Moradores por residência.....	25
Gráfico 7 - Divisão das atividades de casa entre os moradores.....	25
Gráfico 8 - Fonte de renda familiar	26
Gráfico 9 - Sobrecarga de trabalho.....	26

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	10
2.1 Categoria de gênero.....	10
2.2 Relações de Gênero e Divisão do Trabalho.....	10
2.3 A participação das mulheres no mercado de trabalho.....	14
3 METODOLOGIA.....	17
3.1 Tipo de estudo	17
3.2 Local de estudo	18
3.3 Participantes da pesquisa.....	20
3.4 Geração e análise dos dados	20
3.5 Questões éticas	21
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	22
4.1 Caracterização das mulheres que atuam no meio rural de Santa Vitória do Palmar- RS	22
4.2 Percepções das mulheres de Santa Vitoria do Palmar sobre sua atuação no meio rural	27
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
REFERÊNCIAS	32
APÊNDICE A	37
APÊNDICE B.....	40

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi desenvolvido no município de Santa Vitória do Palmar, no extremo sul do Rio Grande do Sul e tem como tema o papel da mulher no meio rural e o levantamento das dificuldades encontradas com relação a diferenças de trabalho conforme o gênero. São diversos papéis desempenhados no meio rural, onde as mulheres atuam de forma individual, incluindo o agronegócio, agricultura familiar, trabalhadoras rurais e prestadoras de serviço. Neste trabalho foram consultadas mulheres que desempenham diversas atividades no âmbito do espaço rural, não apenas as que residem em propriedades rurais, bem como as que prestam serviços. A busca de igualdade de direitos pelas mulheres não é um assunto novo, mas é um tema atual. Apesar de alguns avanços obtidos ao longo dos anos, diversos são os relatos de disparidade salarial, preconceito, assédio, entre outros, sofridos pelas mulheres nos diversos desempenhos de função, independente de classe ou raça. No meio rural, a situação não é diferente.

Ao longo dos anos, é possível perceber o aumento no número de mulheres que desempenham tarefas em áreas antes dominadas por homens. Atualmente, não é difícil encontrar tratoristas e demais trabalhadoras rurais. Também há um crescente número de prestadoras de serviço como médicas veterinárias, agrônomas, zootecnistas e técnicas agropecuárias, entre outras profissões, presentes no meio rural.

No que se refere à questão do gerenciamento e ações de tomada de decisão dos estabelecimentos rurais, também tem crescido a quantidade de mulheres desempenhando essa atividade, independentemente do tamanho da propriedade ou tipo de exploração da área. Cada vez mais as mulheres participam da tomada de decisão das atividades rurais. Muitas vezes, as dificuldades relacionadas a essa posição são consequência da própria discriminação de gênero na família. Quando a herdeira é do sexo feminino, os patriarcas tendem a não passar os ensinamentos para que possam tocar suas propriedades posteriormente. Segundo Carloto (2001), o termo gênero faz referência às relações sociais desiguais de poder entre homens e mulheres, resultantes de uma construção social do papel do homem e da mulher a partir das diferenças sexuais.

A partir das produções analisadas por Maciazeki-Gomes et al. (2016), constatou-se que especificidades locais traduzem mudanças no “jeito de ser mulher” em contextos rurais, nas mais diversas partes do globo. O pesquisador Sen (1999) afirma que o papel da mulher como agente social vem se destacando de forma gradual nas transformações sociais. Mas, por mais que haja avanços e conquistas das mulheres em contextos rurais, ainda há muitos

obstáculos a serem ultrapassados e, entre eles, estão: a dependência financeira e a hegemonia ideológica dos homens (ALLEN, 2002). É notório o crescente debate sobre as desigualdades de gênero a nível mundial, sendo discutida e tratada de forma globalizada, conforme trecho abaixo:

O relatório da ONU demonstra que a persistência das igualdades entre gêneros é o maior entrave ao desenvolvimento humano nos países. Essa desigualdade, segundo a ONU, chega a provocar perdas de até 85% no Índice de Desenvolvimento Humano - IDH (Sempre Viva Organização Feminista, 2012).

Santa Vitória do Palmar é um município que possui sua economia baseada no meio rural, com criação de bovinos e produção de arroz e soja. O presente estudo visa conhecer as atividades desenvolvidas pelas mulheres na área rural do município, e verificar se estas apresentam algum tipo de problema no desempenho de suas funções. Buscou-se verificar a existência de ações discriminatórias sofridas pelas mulheres, como também verificar a valorização do trabalho tanto na esfera produtiva como na esfera reprodutiva. O estudo foi motivado, também, pela razão de muitas das mulheres que herdaram propriedades rurais acabam entregando a administração/tomada de decisão para homens: maridos, filhos, irmãos ou mesmo terceiros.

Mulheres que possuem atividades fora do ambiente doméstico, em sua maioria, ainda são responsáveis pela manutenção de suas residências, podendo ocasionar sobrecarga de atividades. Com o presente levantamento, realizado no município de Santa Vitória do Palmar, buscar-se-á responder questões relativas às dificuldades encontradas pelas mulheres no desempenho de suas funções no meio rural.

O objetivo geral do presente estudo é analisar as dificuldades encontradas por mulheres no trabalho produtivo no meio rural de Santa Vitória do Palmar. Os objetivos específicos compreendem caracterizar as mulheres que atuam no meio rural de Santa Vitória do Palmar, identificando as diferentes atividades exercidas por estas, e compreender as dificuldades percebidas pelas mulheres na sua atuação no meio rural, identificando as formas utilizadas por elas para minimizar estas situações em suas atividades.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Categoria de gênero

O conceito de gênero refere-se ao conjunto das representações sociais e culturais formadas a partir da diferença biológica dos sexos. O sexo, no sentido biológico, diz respeito à anatomia. Já o conceito de gênero refere-se ao desenvolvimento das noções de masculino e feminino como construções sociais (CARLOTO, 2001). Desta forma:

Definindo gênero, podemos dizer que se refere às relações sociais desiguais de poder entre homens e mulheres que são o resultado de uma construção social do papel do homem e da mulher a partir das diferenças sexuais.

Izquierdo (1992) afirma que a construção social do modo masculino é diferente do feminino, com relação à contribuição para a produção da existência, sendo que as atividades masculinas estão situadas tradicionalmente em espaços diferentes das femininas. Este ponto de vista resulta na divisão em duas esferas: a esfera da sobrevivência (ou doméstica), também chamada de trabalho reprodutivo, e a esfera da transcendência (ou pública), ou trabalho produtivo, constituindo tradicionalmente, cada uma delas, o espaço social do gênero feminino e do masculino, respectivamente. Essa divisão de espaço social de gênero é foco relevante nos estudos referentes à mulher e ao trabalho. Os autores Moreira (2002) e Carloto (2001) corroboram com a informação, acrescentando ainda que cada gênero pertence a uma esfera, sendo difícil haver sobreposição. Entretanto, com o passar dos anos, essa sobreposição vem aumentando com a busca da igualdade de gêneros e as dificuldades encontradas são remanescentes desta divisão histórica.

De acordo com Maia e Lopes (2001):

Não há uma interpretação única das origens das desigualdades sexuais, o fato, entretanto, é que sempre houve uma forte tendência para domesticação do papel feminino, desprovido de valorização, associando a mulher à esfera privada do lar e da família, e a socialização do papel masculino, ligado às atividades públicas. A reprodução desta ideologia se encontra em todas as instituições culturais, sociais, políticas e econômicas, pois de acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano em nenhuma sociedade mulheres e homens partilham das mesmas oportunidades. (p. 5)

2.2 Relações de Gênero e Divisão do Trabalho

O estudo das relações de gênero, segundo Bock (2006), é indispensável para o entendimento do desenvolvimento rural. Os primeiros estudos que se referem ao gênero no meio rural surgiram por volta de 1970, tendo como obra marco, nesse ano, o livro *Women's role in economic development*, da economista Esther Boserup, revelando a importância do papel da mulher na agricultura. Desde então o tema tem sido alvo de crescentes pesquisas e há

muitas publicações relacionadas à questão do gênero em diversas atividades. As relações de gênero são tratadas no sentido da desigualdade, principalmente no desempenho de atividades relacionadas ao gênero e suas predefinições.

Alguns paradigmas foram sendo criados ao longo da história que dizem respeito ao tema, conforme descrito por Pereira (2015). O primeiro paradigma surgiu a partir da Conferência do México, em 1975, possuindo o enfoque “Mulheres e Desenvolvimento” (MED). Tinha como objetivo a visibilidade da mulher como categoria. O segundo paradigma criou-se em 1985, na 3ª Conferência Mundial da Mulher (Nairobi, Quênia). Seu enfoque “Gênero e Desenvolvimento” (GED) visava as relações de gênero ao invés da mulher. Segundo Prévost (2014), a abordagem do GED está na análise das desigualdades e das relações de gênero, com grande importância à questão da redistribuição do poder.

Entre os anos de 1970 e 1980, surge o enfoque “Mulher, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável” (MMD), que parte da percepção de que a mulher está mais próxima à natureza e, portanto, mais próxima da sustentabilidade. O quarto paradigma, “Planejamento de Gênero” (PG), passa a trabalhar com a ideia de simetria de gênero, já na linha da busca de igualdade (Pereira, 2015).

Os termos homem e mulher, para Izquierdo (1992), não apenas significam uma diferença de sexo nos aspectos biológicos, e sim possuem poder de qualificar um indivíduo, associando o termo a outras dimensões sociais e culturais. A autora ordena a realidade desses termos em três níveis: o sexo biológico (fêmea e macho); o gênero, nas dimensões psicológica e social (feminino e masculino); e a identidade psicosssexual (heterossexual, bissexual e homossexual).

O conceito de sexualidade refere-se ao dado sexual, que se define pelas práticas erótico-sexuais nas quais as pessoas se envolvem, bem como pelo desejo e atração que leva a sua expressão (ou não) através de determinadas práticas. Esse dado também é chamado por alguns/as de “orientação sexual”, e comumente classifica as pessoas em “heterossexuais”, “homossexuais” e “bissexuais”. (SANTANA e BENEVENTO, 2013).

Assim, o sistema sexo/gênero, citado por Izquierdo (1992), faz referência “à forma como se organiza a sociedade, às expectativas que a mesma tem com respeito aos indivíduos, à distribuição desigual de poder, às aspirações, espaços sociais ocupados e proibições em função do sexo, se fundamenta em uma base dupla: a biologia e a divisão sexual do trabalho”. O que move os estudos de gênero e suas relações é a busca por respostas para a ocorrência das desigualdades na questão de gênero. Em um levantamento de publicações realizado por Maciazecki et al. (2016), verifica-se que a maioria destas publicações está concentrada entre

os anos de 2012 e 2016, sendo possível perceber um crescimento de pesquisas na temática de gênero.

De acordo com Trigo (2015), a discriminação contra as mulheres não é atual, nem conjuntural, mas sim histórica e estrutural. O autor relaciona as diversas origens do preconceito de gênero, no âmbito religioso, histórico e filosófico.

No campo dos estudos feministas, segundo Morgante e Nader (2015) o termo patriarcalismo foi comumente utilizado para explicar a condição feminina na sociedade e as bases da dominação masculina. Ainda segundo as autoras:

O uso de patriarcado enquanto um sistema de dominação dos homens sobre as mulheres permite visualizar que a dominação não está presente somente na esfera familiar, tampouco apenas no âmbito trabalhista, ou na mídia ou na política. O patriarcalismo compõe a dinâmica social como um todo, estando inclusive, inculcado no inconsciente de homens e mulheres individualmente e no coletivo enquanto categorias sociais (p. 3).

Nas sociedades patriarcais, de acordo com o relatado por Pereira (2012), permanece a ideia de que mulheres e homens não podem exercer as mesmas atividades ou ocupações. A mulher é vista como um ser incompleto, frágil e indefeso. A mulher rural ainda é vista sob uma ótica da relação de serviço, subordinação e obediência (COSTA et al., 2015).

Melo (2002) relata que

A figura do pai como representação principal da agricultura familiar reflete a cultura que secularmente elegeu o masculino como responsável pelo exercício das atividades desenvolvidas “fora do espaço da casa”, uma vez que o âmbito de trabalho “da casa” é o “lugar da mulher”. No geral, essa ideologia existe, mesmo quando a participação da mulher no mundo do trabalho é cada vez mais crescente. (p. 5).

A divisão sexual dos papéis é, segundo Maia e Lopes (2001), comprovadamente existente na sociedade, conforme as regras culturais de cada uma. Neste sentido, existe uma divisão do trabalho construída historicamente de forma atrelada às relações sociais entre os sexos. De acordo com o Ministério da Justiça e Cidadania (2006):

A divisão sexual do trabalho é a divisão de atribuições, tarefas e lugares sociais para mulheres e homens, decorrentes das relações sociais de sexo. Essa forma é historicamente adaptada a cada sociedade e tem por característica a destinação prioritária dos homens a atividades produtivas (ocupações de forte valor social agregado, como comércio, indústria, empreendimentos, e na política) e a mulheres à esfera reprodutiva (atividades relacionadas a cuidados e afazeres domésticos). Essa divisão repercute fortemente nos cargos e funções ocupados pelas mulheres e em seus rendimentos, já que são destinadas às mulheres principalmente tarefas e ocupações que remetem a cuidado e serviços que são menos valorizados socialmente.

Essa divisão sexual do trabalho está caracterizada então pela atuação dos homens na esfera pública e produtiva, e das mulheres na esfera privada e reprodutiva, circunscrita à casa e à família. Essa separação conferia, historicamente, aos homens a ocupação de cargos hierárquica e socialmente superiores aos das mulheres (HIRATA e KERGOAT, 2007; MAIA e LOPES, 2001). Essa diferenciação resulta no desequilíbrio dos índices de desenvolvimento humano, pois “a reprodução desta estrutura pode ser notada em âmbitos institucionais, na política, na economia, sistemas religiosos e nas diversas manifestações da vida social, produzindo profundas desigualdades de gênero na sociedade, à medida que atribui valores diferenciados às atividades de mulheres e homens” (MAIA e LOPES, 2001)

Nas reformas agrárias latino-americanas, de acordo com Deere (2002) considerava-se que a concessão de benefício aos homens chefes de família resultaria em retorno, igualmente, a todos os membros da família. Estas práticas eram apoiadas pelo código civil, com a mulher considerada apenas uma “ajudante”, ou trabalhadora secundária da família. Apenas na década de 1990 os códigos agrários sofreram modificações significativas para esta questão.

A inserção das mulheres na esfera tradicionalmente masculina foi acompanhada pela manutenção dessa divisão, com as mulheres em empregos mais precários e vulneráveis aos masculinos (HIRATA e KERGOAT, 2007). A inserção das mulheres no trabalho remunerado não as isentou das responsabilidades com as atividades domésticas. Quando o trabalho doméstico é exercido por terceiros, seu valor equivale ao valor de sua remuneração, mas quando realizado por alguém da família, não é computado nas contas nacionais (MELO, 2007).

No espaço produtivo, segundo Herrera (2016), as mulheres participam de todas as atividades que lhes são atribuídas, tanto na pecuária como na lavoura, em auxílio ao marido quando este solicita. Quando tratamos dos trabalhos domésticos e de cuidados, estes são integralmente e exclusivamente realizados por elas.

O trabalho realizado no quintal e nas atividades domésticas, além das demais atividades na propriedade é, muitas vezes, qualificado como “ajuda”. Essa posição “reflete na desvalorização do trabalho feminino pela sociedade, conseqüentemente invisibilizou o reconhecimento das mulheres na produção” (ALMEIDA et al. 2014). Dessa forma, Daniel (2011) afirma também que elas estão duplamente ocupadas com o trabalho: remunerado e não-remunerado. O trabalho doméstico - não remunerado - acaba por tornar-se invisível.

Dalmina et al (2007) confirmaram a importância da participação das mulheres nas atividades produtivas rurais, encontrando que elas destinam de 13% a 40% do seu tempo diário a produção e dedicam uma grande parcela de tempo aos afazeres domésticos, que

normalmente não são reconhecidos como trabalho remunerado. Os autores ainda afirmam que essa renda gerada por produtoras rurais não é acessada por elas, ao contrário do que ocorre com as trabalhadoras urbanas. O dinheiro da renda da propriedade rural

... é administrado geralmente pelo homem e normalmente é reinvestido na propriedade. Quando existe sobra o dinheiro é aplicado para satisfazer as necessidades de conforto e lazer seu e de sua família. Já a trabalhadora na atividade urbana, por receber seu salário diretamente, tem condições de administrá-lo, usando onde melhor lhe convier. (p. 1308)

2.3 A participação das mulheres no mercado de trabalho

Nas sociedades pré-industriais da Europa, segundo Alves (2013) a vida das famílias era caracterizada “pela integração entre as funções domésticas e o trabalho produtivo, realizados num único ambiente, no qual homens e mulheres desenvolviam atividades sexualmente diferenciadas, tanto nos serviços da casa como na produção”. A entrada das mulheres no mercado de trabalho remunerado europeu teve início no século XIX, durante o período de industrialização.

Ainda que as relações de gênero tomem configurações distintas nas diversas regiões que compõem o cenário rural brasileiro, predominam, nas pesquisas referenciadas, a desigualdade nestas relações (PIZZINATO, et al., 2015). O mesmo autor cita que, em suas pesquisas, percebeu que o modelo patriarcal persiste no meio rural, apesar das indicações de empoderamento feminino.

Desde uma visão feminista, segundo Sardenberg (2006), o empoderamento de mulheres é o processo da conquista da autonomia, da autodeterminação. Trata-se de um meio e de um fim ao mesmo tempo. O empoderamento das mulheres implica, segundo a autora, na libertação das mulheres das amarras da opressão de gênero, da opressão patriarcal. O objetivo maior do empoderamento é destruir a ordem patriarcal vigente nas sociedades contemporâneas. Segundo a ONU Mulheres:

Empoderar mulheres e promover a equidade de gênero em todas as atividades sociais e da economia são garantias para o efetivo fortalecimento das economias, o impulsionamento dos negócios, a melhoria da qualidade de vida de mulheres, homens e crianças, e para o desenvolvimento sustentável. (2017)

Souza e Guedes (2016) observaram que, na última década, as mulheres, independentemente de sua posição familiar, trabalharam o dobro de horas que os homens nos afazeres domésticos e ao menos seis horas menos que os homens, em atividades remuneradas. Quando a mulher é cônjuge, as horas de afazeres domésticos são ainda maiores (quatro horas a mais) e as horas de atividades remuneradas são menores (nove horas a menos). Quando a

realização dos afazeres domésticos foi analisada pelos autores conforme as regiões do Brasil, os autores observaram que é na região sul onde os homens mais participam dessas atividades. A menor participação masculina nos afazeres domésticos ocorre na região nordeste.

Em um trabalho que trata da inserção de mulheres no mercado de trabalho no Brasil, Daniel (2011) cita como um exemplo a crescente participação de mulheres em diferentes ocupações, até mesmo nas que anteriormente foram restritas aos homens. Relata-se crescente participação das mulheres em atividades remuneradas, nas três últimas décadas do século XX, e as mulheres ampliaram seu acesso à educação formal, elevando o grau de escolaridade. Lavinás (1997) identificou que, apesar do aumento da escolaridade, não havia garantia ao trabalho remunerado e qualificado, e a remuneração recebida pelas mulheres era inferior àquela dos homens, agravando a desigualdade entre os gêneros. Essa condição ainda permanece atualmente.

Daniel (2011) cita que no dia a dia no “espaço profissional, as mulheres estão sujeitas a comentários que sutilmente marcam as diferenças entre homens e mulheres, lembrando-as constantemente que elas não são como eles” e ainda que “um aspecto presente em profissões predominantemente masculinas é a presença feminina sendo vista com conotações sexualizadas”.

Na Andaluzia, região da Espanha, segundo Domingo (2002), as mulheres rurais executam boa parte do processo de modernização e desenvolvimento do meio rural. Essas mulheres têm saído da invisibilidade para posições de mais peso em suas comunidades e na sociedade, buscando mostrar a importância do trabalho da mulher no meio rural, já que essa atividade tem sido vista tradicionalmente como complementar ao trabalho do homem.

No Brasil, Almeida et al. (2014) realizaram uma pesquisa na cidade de Jupi no estado da Paraíba no ano de 2003. Nesta pesquisa foram entrevistados agricultores que possuíam em suas propriedades quintais agroecológicos, onde se pode obter segurança alimentar, renda extra, sombra, etc., e observaram que a decisão de implantar os quintais foi maior no sexo feminino que no masculino. A manutenção dos quintais também é atribuição tradicional do sexo feminino.

Em seu trabalho, Brumer (2004) trata da divisão do trabalho por sexo na agricultura e conclui que a mulher ocupa uma posição subordinada e vista como “ajuda” mesmo quando realiza as mesmas atividades dos homens.

A agricultura é umas das atividades mais disseminadas no mundo e tem um papel crucial na produção de alimentos, proteção ambiental, preservação da paisagem, emprego rural e segurança alimentar. Do ponto de vista de gênero, existem lacunas significativas entre

mulheres e homens na atividade (EIGE, 2016). As mulheres representam um papel chave nas famílias, comunidades e economia rurais e são igualmente importantes como produtoras e/ou proprietárias. As mulheres são uma força para a manutenção, conservação e desenvolvimento das áreas rurais, nos termos, tanto no aspecto econômico como cultural. Elas representam uma grande parte da força de trabalho na agricultura, contribuindo para o desenvolvimento do setor.

Infelizmente, as mulheres no meio rural também são uma força invisível e sua presença e atividade não estão adequadamente apontadas nas estatísticas. O avanço da igualdade de gênero na agricultura e áreas rurais enfrenta alguns obstáculos importantes como, por exemplo, participação desigual entre homens e mulheres na agricultura e desenvolvimento rural e a baixa representatividade da mulher como proprietária de terras e como parte das tomadas de decisão (EIGE, 2016).

A busca de igualdade de direito das mulheres no meio rural teve seu início na década de 1980, com reivindicações pela documentação, sindicalização, direitos previdenciários e participação política (SALES, 2007). Na década de 1990, ocorreu a adesão das instituições à desigualdade de gênero, enfocando na mulher. Em 1995 se dá a criação da Articulação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais. Dados do primeiro censo da reforma agrária (INCRA, 1996) revelaram que as mulheres representavam apenas 12,6% das pessoas beneficiadas diretamente pela reforma agrária no Brasil.

No Rio Grande do Sul, foi fundado em 1985 o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul – MMTR-RS, com o objetivo de alterar a imagem da mulher agricultora desrespeitada, dando a partir de então, visibilidade política às trabalhadoras rurais. Em 2013, conforme os dados do IBGE, apenas 11,1% dos trabalhadores rurais eram do sexo feminino. Entre os assalariados formais, a participação de mulheres é de 13,1% e, entre os trabalhadores informais, reduz-se para 9,7%.

Conforme publicado pelo DIEESE (2014), uma das razões para a menor participação feminina é resultante tanto da predominância da família tradicional com chefia masculina, como da exigência de maior força física, em várias atividades cuja remuneração do trabalho é feita por produção. Entretanto, a presença feminina é predominante em atividades como a fruticultura, a horticultura e a floricultura.

Gradualmente, as mulheres têm conquistado posições de liderança no agronegócio. Segundo notícia publicada no Dia Internacional da Mulher na página eletrônica do programa Globo Rural (ALENCAR, 2016), hoje a mulher representa um papel maior que apenas o de

esposas ou filhas, desempenhando atividades como engenheiras agrônomas e produtoras, entre outras atividades, provando, segundo o autor, que “o campo também é lugar de mulher”.

Uma pesquisa da Associação Brasileira do Agronegócio – ABAG (2016) consultou 301 mulheres que atuam na atividade agropecuária. Segundo os dados encontrados, 60% das entrevistadas possuem curso superior e 88% das entrevistadas são independentes financeiramente. Apesar de estarem satisfeitas com essa atuação no setor, 71% das entrevistadas consideram que já enfrentaram problemas motivados por questões de gênero no local de trabalho, ou seja, em funções desempenhadas e ligadas ao agronegócio.

Yannoulas (200) descreve três formas de discriminação nos mercados de trabalho: a direta, a indireta e a auto-discriminação, apesar das proibições por normas internacionais, como a Convenção da ONU de 1979 sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a Mulher. No que diz respeito às mulheres que prestam serviços na área rural, há uma imagem estabelecida de que as mulheres não executam trabalhos difíceis e perigosos e, dessa forma, quando se depara com mulheres realizando esse tipo de trabalho, julga-se não ser o mais apropriado (MESSING, 1990). Em seu trabalho, Freitas et al. (2014) citam que:

Existe a percepção de diferenças entre os gêneros, nas atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural realizadas por médicos veterinários, quando os aspectos analisados são força física e senso de organização. Nos quesitos relacionamento interpessoal e conhecimento técnico, não houve distinção, ou seja, preferência por profissionais homens ou mulheres. Conclui-se, portanto, que, neste caso, trata-se de um paradigma, e não de um preconceito. (p. 8).

3 METODOLOGIA

3.1 Tipo de estudo

No presente estudo, foi realizada uma pesquisa básica de abordagem quanti-qualitativa. A abordagem quantitativa foi utilizada para conhecer e caracterizar as mulheres que trabalham no meio rural de Santa Vitória do Palmar. A abordagem qualitativa buscou o aprofundamento da compreensão de um grupo social (GOLDENBERG, 1997). Segundo Gerhardt e Silveira (2010), as características da pesquisa qualitativa são a objetivação do fenômeno, a hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar, a precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno. Segundo Minayo:

...pesquisas qualitativas e quantitativas se complementam, mas são de natureza diversa. Uma trata da magnitude dos fenômenos, a outra, da sua intensidade. Uma busca aquilo que se repete e pode ser tratado em sua homogeneidade, a outra, as singularidades e os significados... a pesquisa qualitativa, usando-se a linguagem de Kant, busca a “intensidade do fenômeno”, ou seja, trabalha muito menos preocupada com os aspectos que se repetem e muito mais atenta com sua dimensão sociocultural que se expressa por meio de crenças, valores, opiniões, representações, formas de relação, simbologias, usos, costumes, comportamentos e práticas (2017, p.2)

Ainda, foi realizada uma pesquisa exploratória, com o uso de pesquisa bibliográfica e eletrônica e levantamento de informações (GIL, 2007).

3.2 Local de estudo

O campo de estudo foi o município de Santa Vitória do Palmar, no estado do Rio Grande do Sul, que possui uma extensa área rural e está situado no bioma Pampa. Está situado na mesorregião Sudeste Rio-Grandense, no extremo meridional do Brasil, na latitude 33°45'08" Sul e longitude 53°22'05" Oeste e sua área territorial é de 5.244,18km². Seu território, uma faixa de terra de quase 150 km de extensão, é formado basicamente por planícies e por algumas áreas conhecidas como banhados, leves depressões que alagam durante as temporadas de chuva. Segundo Suertegaray e Guasselti (2004), está localizado na planície costeira, possuindo, em sua paisagem, três subunidades: Agrícola, Campos Litorâneos e Dunas. A paisagem local é formada por extensas áreas de lavoura de arroz irrigado, com água provida pela lagoa Mirim, por meio de levantes, pecuária de corte extensiva. Nessa área ainda podemos encontrar rebanhos de produção leiteira a pasto, criações de ovinos, em sua maioria de subsistência e crescentes lavouras de soja. A maior parte da vegetação originalmente é rasteira e de banhado. Os matos de eucalipto existentes foram introduzidos pelos produtores rurais. Palmeiras de butiá são características da paisagem local. As maiores e/ou mais antigas propriedades onde se produz arroz caracterizam-se pela existência de pequenas vilas: aglomerados residenciais para os trabalhadores das lavouras e silos para secagem e armazenamento da produção até sua comercialização.

O município possui uma população de 30.250 habitantes, segundo o censo demográfico do IBGE de 2010 e a população urbana corresponde a 83,93%, enquanto a rural corresponde a 16,07%. Segundo os dados do IBGE, o PIB de Santa Vitória do Palmar é composto em sua maior parte, pela agropecuária da receita do município, superando os PIB's dos serviços e da indústria somados. Segundo Matei e Filippi (2013), o município de Santa Vitória do Palmar, destaca-se em sua microrregião

... em termos de área física, densidade demográfica, além de outros indicadores que o colocam em uma posição de destaque, porém em termos de desigualdades no contexto desta microrregião. Cabe destacar que este município apresenta uma taxa de crescimento populacional negativa, em relação ao aumento do PIB. Esta relação é apresentada devido à falta de um dinamismo econômico que possa favorecer a permanência ou mesmo atração de moradores no município, além de confirmar a significativa concentração de renda e a distribuição de Renda per Capita e Intensidade de Pobreza da população. (p. 745)

As exportações totais, avaliadas pela Fundação Estadual de Economia, em 2010 foram de US\$ FOB 28.213.

Segundo os dados último censo demográfico de 2010 realizado pelo IBGE, a população economicamente ativa do município de Santa Vitória do Palmar-RS sofreu alteração nos últimos 10 anos. Em 2000, as mulheres representavam 36,82%, subindo para 39,98% no censo de 2010.

Tabela 1. Distribuição da população economicamente ativa no município de Santa Vitória do Palmar (em número de habitantes)

	2000	2010
Homens	9.450	8.515
Mulheres	5.508	5.674
Total	14.958	14.189

Fonte IBGE, 2016.

No município de Santa Vitória do Palmar, segundo dados do IBGE (2000 e 2010) a ‘razão de sexo’- razão entre o número de homens para cada grupo de 100 mulheres na população-era 102,2% no ano 2000, reduzindo para 99,7% em 2010, representando um aumento na população feminina quando em comparação com a masculina. A maior parte da população economicamente ativa local ainda é do sexo masculino, tendo ambas crescido de 2000 a 2010. A razão entre o rendimento médio das mulheres ocupadas em relação ao rendimento dos homens ocupados partiu de 22,23 % no ano 2000 para 68,1% em 2010. Apesar de ter aumentado, ainda indica que as mulheres possuem remuneração inferior aos homens.

3.3 Participantes da pesquisa

As participantes do estudo foram vinte e duas mulheres que desempenham funções no meio rural, em todas as atividades que são encontradas no meio rural, independentemente do nível de instrução ou condições econômicas. Com base nos dados de produtores rurais de Santa Vitória do Palmar cadastrados na SEAPA-RS e informações dos Sindicatos Rurais, foram identificadas produtoras rurais atuantes e propriedades que empregam mulheres. Ao longo do desenvolvimento do trabalho foi possível identificar mulheres que desempenham diferentes atividades além de produtoras ou empregadas rurais. Dessa forma, a pesquisa abrangeu também algumas profissionais autônomas que desempenham papéis importantes de prestação de serviço e extensão rural. Como não há informação sobre o total de mulheres que desempenham as diversas atividades de interesse no estudo, foram sendo convidadas a participar da pesquisa tantas mulheres quanto foi possível ter informações. As trabalhadoras foram convidadas a participar, compartilhando suas experiências. Foram convidadas tantas participantes quantas foi possível localizar na região e que se enquadravam nas características necessárias (sexo feminino e atividade no meio rural), configurando um método de amostragem por saturação. Conforme relatado por Minayo (2017, p. 5), “saturação é um termo criado por Glaser e Strauss (1967) para se referirem a um momento no trabalho de campo em que a coleta de novos dados não traria mais esclarecimentos para o objeto estudado”.

3.4 Geração e análise dos dados

Os dados foram gerados através de formulário com perguntas fechadas e abertas (ver Apêndice I). A geração de dados foi realizada de forma individual para cada participante do estudo. As entrevistas foram realizadas em suas residências ou em seus locais de trabalho, conforme a disponibilidade de cada uma das interlocutoras da pesquisa.

A análise quantitativa foi realizada em planilha Excel, com abordagem global das entrevistadas e por grupo de atividades (empregadas rurais, produtoras rurais, produtoras rurais com outra atividade profissional e profissionais liberais) obtendo-se, assim, uma caracterização dessas mulheres.

A análise qualitativa foi obtida através da análise de conteúdo, das respostas abertas (narrativas) do questionário, “que espera compreender o pensamento do sujeito através do conteúdo expresso no texto, numa concepção transparente de linguagem” (CAREGNATO e

MUTTI, 2006), possibilitando a compreensão do que as mulheres que atuam no meio rural no município de Santa Vitória do Palmar percebem, no que diz respeito às dificuldades e desafios em suas atividades. A análise de conteúdo foi desenvolvida em três etapas – pré-análise, exploração do material e, tratamento dos resultados obtidos e interpretação (MINAYO, 2008). Na etapa de pré-análise, realizou-se a leitura flutuante, ou seja, o contato com os dados brutos (material), para se impregnar do seu conteúdo; realizou-se na sequência a constituição do Corpus dos dados e, por fim, procedeu-se a retomada da fase exploratória, avaliando os dados coletados e re-lembrando os questionamentos iniciais da pesquisa e objetivos da pesquisa. Num segundo momento procedeu-se a exploração do material, no qual se procurou alcançar a compreensão dos dados pela análise de seu conteúdo. Ao final, os dados foram analisados, propondo-se inferências e realização de interpretações, relacionando-os com o referencial teórico construído sobre o tema, além do levantamento de novas hipóteses para explicar, compreender e justificar a ocorrência do fenômeno observado.

Os resultados obtidos na região trabalhada foram correlacionados com a revisão bibliográfica sobre gênero no meio rural.

3.5 Questões éticas

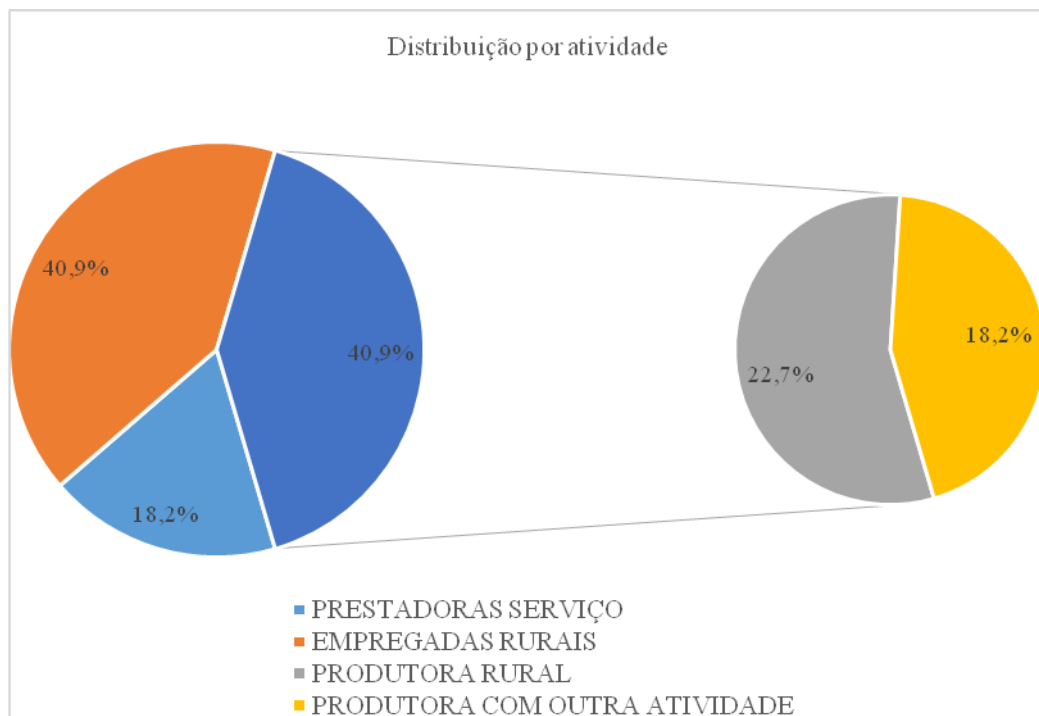
Todas as participantes da pesquisa foram informadas quanto aos aspectos éticos e assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ver Apêndice II) no qual foi apresentado a pesquisa e seus objetivos e a garantia da preservação da privacidade das participantes e foi garantido o anonimato das participantes.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Caracterização das mulheres que atuam no meio rural de Santa Vitória do Palmar-RS

Foram entrevistadas 22 mulheres envolvidas em atividades no meio rural no município de Santa Vitória do Palmar-RS. A caracterização das mulheres entrevistadas e envolvidas em atividades no meio rural no município de Santa Vitória do Palmar está representada nos gráficos abaixo:

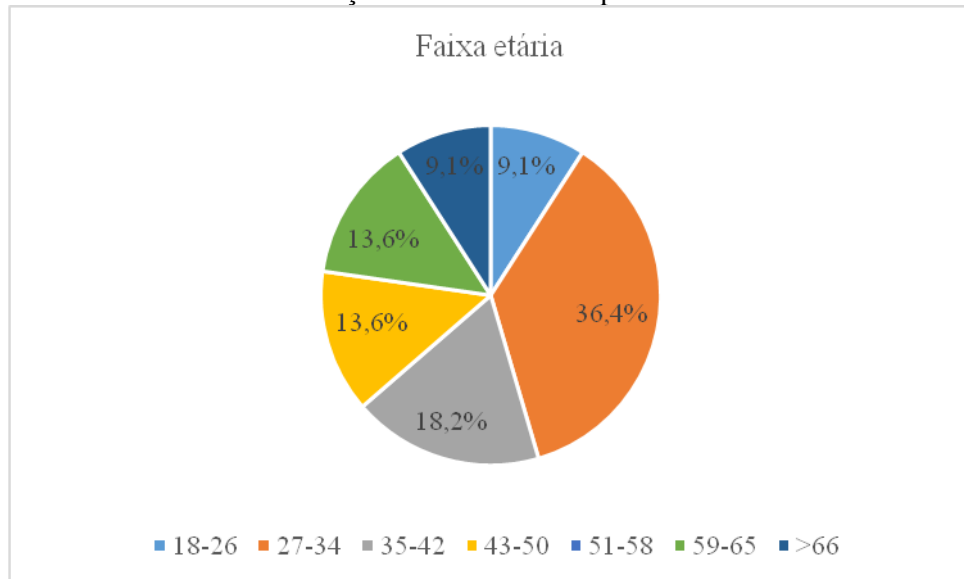
Gráfico 1 – Distribuição das mulheres entrevistadas conforme atividade desempenhada no meio rural



Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Da amostra entrevistada, 40,9% são funcionárias de propriedades rurais, 18,2% são prestadoras de serviços com formação voltada ao meio rural (veterinárias e agrônoma) e 40,9% são produtoras rurais. Das produtoras rurais, 22,7% atuam exclusivamente no meio rural e 18,2% dividem suas atividades com outras atividades profissionais.

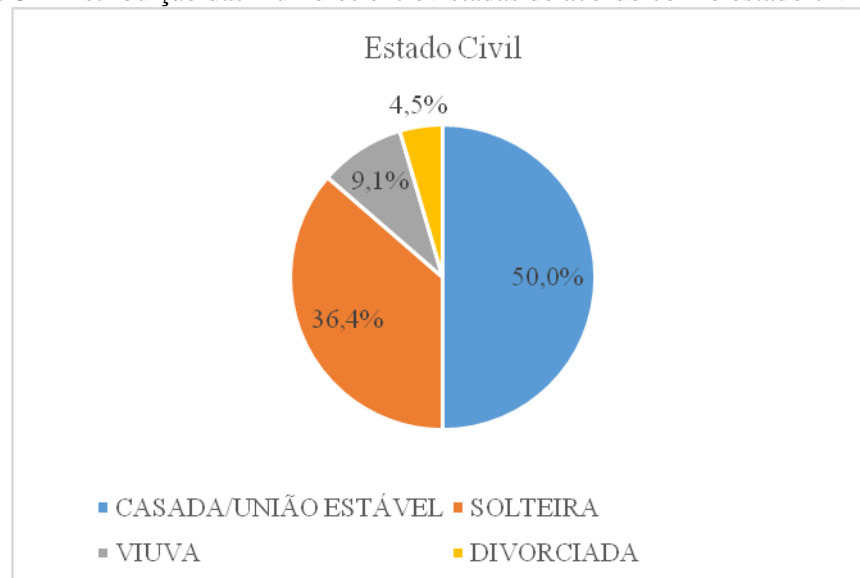
Gráfico 2– Distribuição das entrevistadas por faixa etária



Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Quanto à faixa etária, conforme representado no Gráfico 2, 9,1% das entrevistadas têm entre 18 e 26 anos; 36,4% têm entre 27 e 34 anos; 18,2% têm entre 35 e 42 anos; 13,6% têm entre 43 e 50 anos; 13,6% têm entre 59 e 65 anos e 9,1% têm 66 anos ou mais.

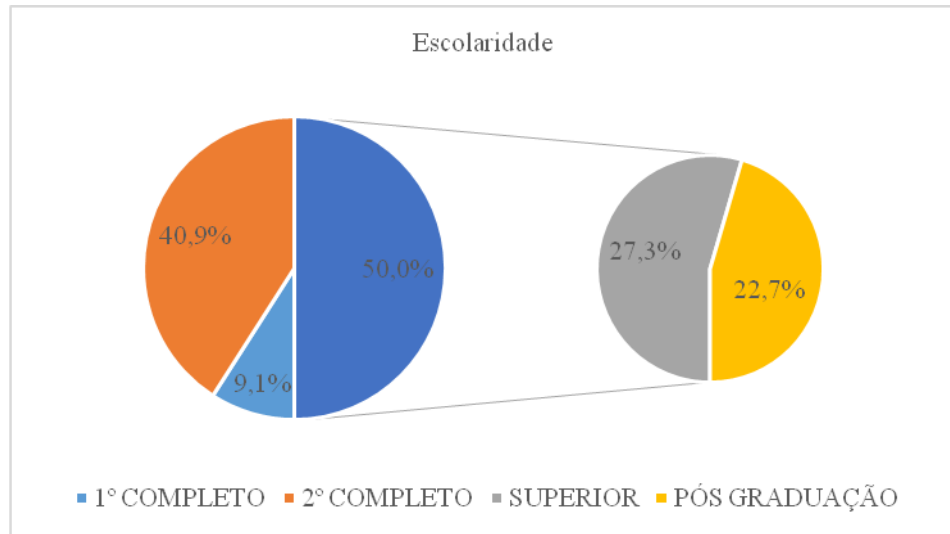
Gráfico 3 - Distribuição das mulheres entrevistadas de acordo com o estado civil.



Fonte: Elaborado pela autora (2017).

A distribuição quanto ao estado civil, conforme Gráfico 3, é de 36,4% solteiras, 50,0% casadas ou em união estável, 9,1% são viúvas e 4,1% divorciadas.

Gráfico 4 - Escolaridade das entrevistadas

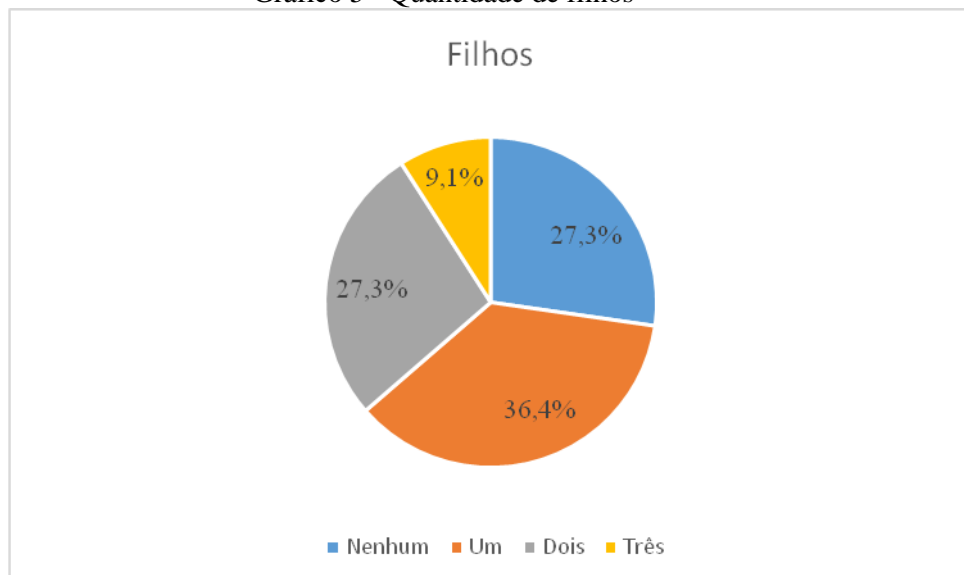


Fonte: Elaborado pela autora (2017).

A escolaridade da amostra de entrevistadas está representada no Gráfico 4, e apresenta 9,1% das entrevistadas com 1º. grau completo, 40,9% com 2º. grau completo e 50,0% com curso superior. Das entrevistadas com curso superior, 22,7% possuem pós-graduação.

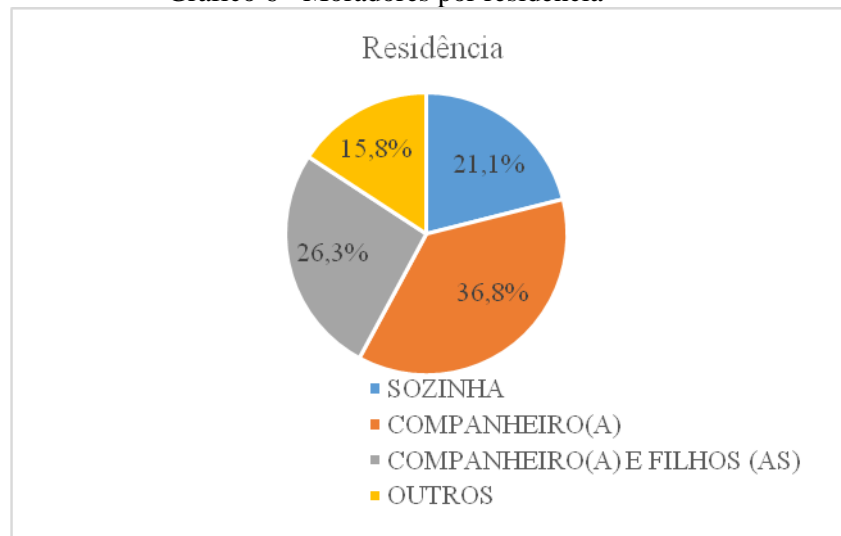
Conforme o Gráfico 5, as entrevistadas que não têm filhos somaram 27,3%. Das demais, 36,4% têm um filho, 27,3% têm dois filhos e 9,1% têm três filhos.

Gráfico 5 - Quantidade de filhos



O Gráfico 6 nos mostra que 18,2% das entrevistadas moram sozinhas, 31,8% moram com o marido ou companheiro (a), 22,7% moram com o marido e filho (s) e 13,6% moram com outros parentes.

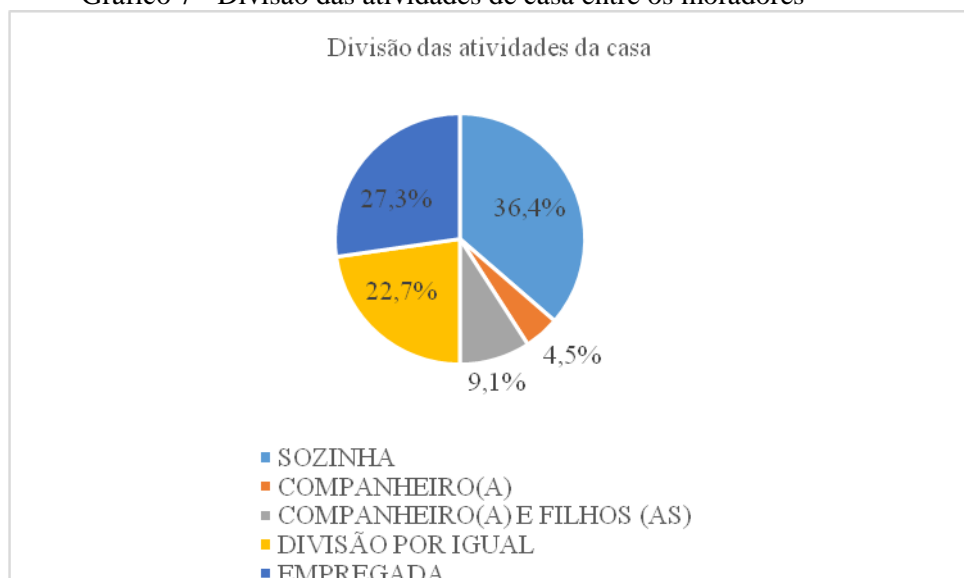
Gráfico 6 - Moradores por residência



Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Quando a questão sobre quem executa as tarefas diárias da casa, 36,4% das entrevistadas as executam sozinhas, poucas (4,5%) têm ajuda do marido/companheiro, 9,1% dividem as tarefas com o marido/companheiro e filhos, 22,7% dividem por igual todas as tarefas da casa, e 27,3% das entrevistadas têm empregadas domésticas (Gráfico 7).

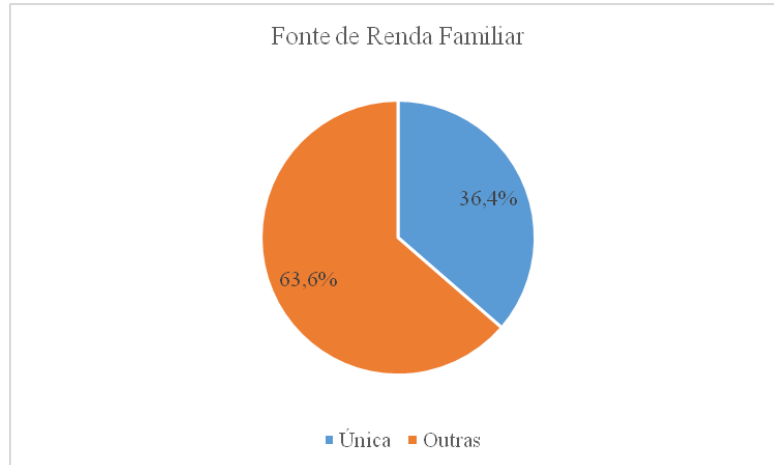
Gráfico 7 - Divisão das atividades de casa entre os moradores



Fonte: Elaborado pela autora (2017).

A maioria (72,7%) das mulheres acessadas neste trabalho possui outra fonte de renda familiar além da sua atividade (Gráfico 8). Apenas 27,3% têm em sua atividade rural a única fonte de renda do núcleo familiar.

Gráfico 8 - Fonte de renda familiar

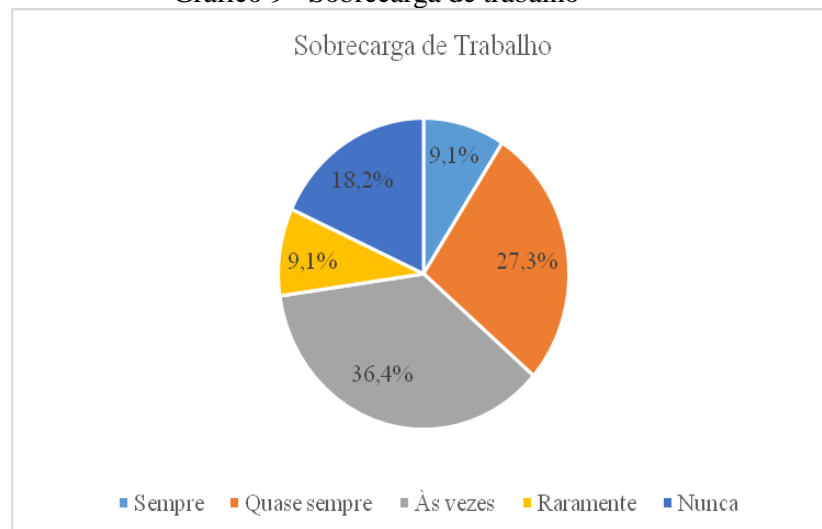


Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Das mulheres entrevistadas, 40,9% recebem ou receberam renda inferior aos homens pela mesma função/atividade, enquanto que 50,1% nunca experimentaram essa situação.

Quanto à realização das atividades domésticas e de cuidado da família em sobreposição ao exercício do trabalho remunerado, as respostas estão representadas no Gráfico 9. A maioria das mulheres (81,8%) relata sentir, em algum grau, a sobrecarga de trabalho. Já 18,2% das entrevistadas nunca se sentiram sobrecarregadas com essas atividades.

Gráfico 9 - Sobrecarga de trabalho



Fonte: Elaborado pela autora (2017).

4.2 Percepções das mulheres de Santa Vitoria do Palmar sobre sua atuação no meio rural

Quanto à percepção das entrevistadas em suas atividades no meio rural, a maioria se sente valorizada na sua área de atuação. Essa sensação é apoiada pelo fato de que as opiniões da maioria delas, em suas atividades no meio rural, poucas vezes são desvalorizadas por serem mulheres, e observam também não haver muito tratamento desigual nessas atividades.

Entretanto, a maioria percebeu que algumas pessoas já mostraram dúvidas sobre suas capacidades de realizarem atividades no seu trabalho no meio rural, justamente por serem mulheres. Poucas entrevistadas se sentiram desconfortáveis com o comportamento de colegas de trabalho em relação a sua pessoa pelo fato de serem mulheres.

Não são muitas as opiniões negativas de familiares ou amigos das entrevistadas de que suas atividades no meio rural não são próprias para mulheres. Quando essas opiniões foram relatadas, eram principalmente relacionadas com preocupações com a presença de homens no mesmo ambiente. Em especial, nessa questão, tais preocupações foram mais presentes entre as entrevistadas que eram funcionárias de propriedades rurais. Entre as interlocutoras da pesquisa, medo ou insegurança durante o exercício de suas atividades pelo fato de serem mulheres não é muito evidente. Em função da área de atuação no meio rural, foi possível dividir as entrevistadas em quatro grupos: mulheres exclusivamente produtoras rurais, profissionais liberais com formação voltada ao meio rural, produtoras rurais com outra atividade profissional e funcionárias de propriedades rurais.

A análise do conteúdo das respostas descritivas revelou que existem dificuldades em todos os grupos, mas que a discriminação tem aspectos um pouco diferentes conforme o grupo. Tanto as mulheres exclusivamente produtoras rurais, quanto as produtoras rurais com outra atividade profissional, percebem tratamento desigual em suas atividades por serem mulheres, especificamente nas relações comerciais inerentes à atividade rural e nas relações com empregados: suas opiniões não possuem o mesmo peso daquelas advindas dos colegas gênero masculino. Uma delas ouviu de familiares que o que ela faz “*não é serviço para mulher*”.

As ações discriminatórias no trabalho pouco estão relacionadas com a força física. Nossas entrevistadas relataram que ações discriminatórias são mais voltadas ao ato de subestimar suas capacidades técnicas (administrativas, intelectuais, comerciais, etc.) nas atividades por elas desempenhadas. Relatam tentativas de tirar vantagens em negociações,

pelo fato de serem mulheres. A sensação de que “*tentaram me ludibriar*” foi relatada por duas produtoras rurais, em transações comerciais. Outra produtora ouviu muitas vezes de pessoas próximas que “*mulher nasceu para estudar, ter profissão, cuidar da casa, da família, mas não nasceu para fazer tudo isso e ainda cuidar de vaca, ovelha, cavalo*”.

Ser chamada de “*louca*”, ouvir que “*não sabe nada*”, não acreditar que uma mulher trabalha com cavalos e dirige trator foram os principais relatos das entrevistadas.

Para minimizar essas dificuldades elas tentam “*não dar ouvidos*” e procuram melhorar cada vez mais em suas atividades, buscando qualificação técnica e mostrando capacidade. O relato demonstra a necessidade de que a mulher tenha que despender mais energia e tempo em suas atividades, objetivando mostrar sua capacidade na execução das tarefas. Dessa forma, o gênero feminino vem ocupando espaços profissionais que anteriormente eram exclusivamente dos homens

Já as profissionais liberais percebem menos desigualdades em suas atividades, mas nesses casos, as dificuldades ocorrem com subordinados do sexo masculino, que relutam em aceitar ordens de “*guria*”, relato que se enquadra no que foi citado por Pereira (2012), com a ideia de que mulheres não podem exercer as mesmas funções que os homens e por Hirata e Kergoat (2007) e Maia e Lopes (2001), que externam caber aos homens a ocupação de cargos hierárquica e socialmente superiores aos das mulheres. Não há relatos de familiares e amigos acharem que suas atividades não são próprias para mulheres. Essa condição possivelmente ocorra devido a serem profissionais de curso superior, onde suas escolhas profissionais devem ter tido apoio e participação da família. Como muitas dessas atividades podem ser feitas por meio de conhecimento técnico, e não tanto da necessidade de força física, os empregados homens costumam “*ficar admirados*” por acharem que a mulher não vai ter sucesso por não ter força. Essas mulheres tentam adaptar seus procedimentos, “*mostrar serviço*”, e continuar trabalhando para minimizar as dificuldades.

Já no grupo de funcionárias de propriedades rurais, ocorre certa diferença em relação aos grupos anteriores, já que as relações de trabalho entre os gêneros são entre colegas e não entre patroa-empregado ou técnica-funcionário. Os colegas do sexo masculino precisaram mudar suas atitudes no trabalho devido à presença de mulheres. Mesmo assim, segundo as entrevistadas, as opiniões femininas são desvalorizadas ou somente aceitas quando vindas por parte de um homem, corroborando com o encontrado por Costa et al. (2015), em que mulheres rurais ocupam um papel subordinado e obediente aos homens.

Nesse grupo de entrevistadas, aparecem muitos mais relatos de familiares e amigos que dizem que as atividades no meio rural não são próprias para mulheres: “*precisa muita*

força”, “*meu pai não gosta*”, “*mulher tem que estar em casa*”. Uma das funcionárias que trabalhou na guarita da propriedade ouviu de seu sogro que este local “*era passada de muito homem*”, considerando não adequado para uma mulher trabalhar. Outros comentários desqualificadores do trabalho das mulheres nesse grupo de entrevistadas foram: “*não tens perfil para isso*”, “*isso não é serviço para a senhora*”, “*não és capaz*”. Como as demais, elas ignoram essas opiniões e procuram mostrar capacidade em seus trabalhos.

Analisando as observações de todas as entrevistadas sobre a atividade da mulher no meio rural, evidencia-se a busca por igualdade de direitos, conquista de espaço, valorização da mulher e reconhecimento de suas capacidades. As sugestões propostas por algumas são de buscar mais dispositivos que diminuam a necessidade do uso de força física nas atividades do meio rural, bem como de (mais) cursos de capacitação no meio rural voltados ao público feminino.

Foi possível perceber no presente estudo que no município de Santa Vitória do Palmar existem algumas mulheres atuando no meio rural. Elas são em sua maioria proprietárias de agronegócios ou funcionárias de agronegócios. As demais são profissionais liberais em áreas voltadas a esse meio e, estando em acordo com Eiger (2016), representam parte da força de trabalho na agricultura e contribuem com o desenvolvimento do setor no município. Interessante observar aqui que não houve um caso onde uma proprietária de agronegócio tenha uma funcionária no meio rural (exceto empregadas domésticas) ou receba assessoria técnica uma mulher.

As proprietárias de agronegócios receberam o campo em herança, o que comumente ocorre nesse meio. Parte dessas mulheres tem curso superior, mas não em áreas voltadas ao meio rural. Algumas dividem parte do tempo atuando em suas áreas de formação e parte no agronegócio e são financeiramente independentes, corroborando dados da ABAG (2016). Esse grupo com alguma exceção, é o que enfrenta menos resistência em suas atividades, apesar do citado por Deere (2002), em que as mulheres eram consideradas apenas ajudantes ou trabalhadoras secundárias, talvez porque a atividade rural, sendo um negócio de família, haja um convívio de bastante tempo, acompanhando a lida, as negociações, etc.

As profissionais liberais encontram resistência um pouco maior, mas essa existe basicamente por funcionários de agronegócios e empresas ligadas ao meio. Estando de acordo com Freitas et al (2014), observou-se que praticamente não há distinção entre homens e mulheres, quanto à capacidade técnica.

Foi possível perceber que aquelas mulheres que desempenham funções hierarquicamente maiores, ou seja, que precisam que suas opiniões ou ordens sejam

consideradas por homens, relataram mais situações de dificuldades. Isso não foi observado nas funcionárias de propriedades rurais, provavelmente por não desempenharem funções de liderança de homens.

Já o grupo de funcionárias de agronegócios é o que mais resistências enfrenta. Indo de acordo com Daniel (2011), essa resistência é maior em casos onde a mulher tem que trabalhar diretamente com outros homens, havendo casos de preconceito tanto por parte da família, quanto de colegas de serviço. Corroborando Brumer (2004), seus colegas de trabalho têm mais dificuldades em aceitar suas opiniões. Já seus empregadores não têm preconceito e muitas vezes preferem mulheres desempenhando atividades.

Todas as mulheres, mesmo as que têm empregadas domésticas, dividem as tarefas do meio rural (trabalho remunerado) com as tarefas de casa (trabalho não remunerado), estando essa situação em acordo com Daniel (2011) e Souza e Guedes (2016).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado em uma amostragem de mulheres que trabalham na zona rural do município de Santa Vitória do Palmar permitiu perceber que as ações discriminatórias ocorrem da mesma forma que o relatado em outras regiões do Brasil e também internacionalmente. Talvez a pesquisa resulte em promover o início da percepção das ações discriminatórias vividas pelas mulheres locais que ainda não tenham se tornado relevantes em seu cotidiano. Muitas vezes não percebemos determinado viés de uma situação até que alguém exponha isso como um problema, como algo importante a ser discutido.

Algumas vezes julgamos como normais determinadas atitudes, pois são costumeiras e fazer parte de nosso dia a dia. Essa visão se altera quando há a exposição do fato como um problema ou como não sendo normal ou aceitável. Espera-se que o estudo tenha desencadeado esta percepção do problema e que promova, de alguma maneira, a busca de soluções para um futuro de igualdades.

As diferenças de vivência da discriminação ficam claras conforme o grupo de profissionais que se observa, sendo que aquelas com maior poder de decisão ou posição hierárquica parece perceber com maior intensidade a desvalorização de suas opiniões. Já funcionárias que possuem cargos subordinados e de menor qualificação profissional não chegam a se mostrarem tão sensíveis a essa discriminação de gênero.

Mais estudos são necessários para que se possa acompanhar a rotina das trabalhadoras com o intuito de observar e vivenciar as dificuldades relatadas por elas. Da mesma forma, os homens que dividem espaço ou relacionam-se profissionalmente com as mulheres no meio rural podem ser convidados a participar de um estudo com questionamentos inerentes ao tema do presente trabalho, buscando averiguar se eles percebem a discriminação e de que forma eles enxergam as situações cotidianas apresentadas neste estudo. A questão socioeconômica também pode ser estudada para se verificar qual a sensibilidade de percepção da população sobre o assunto. Percebe-se, por fim, que a situação quanto à discriminação das mulheres que executam suas atividades no meio rural no município de Santa Vitória do Palmar não difere do que foi encontrado na literatura.

REFERÊNCIAS

- ABAG – Associação Brasileira do Agronegócio. **Perfil da Mulher do Agronegócio Brasileiro**. São Paulo. 2016. Disponível em: <<http://www.abag.com.br/media/01---novas-imagens/mulheres-no-agronegocio001.pdf>>. Acesso em: 04 jun. 2017.
- ALENCAR, B.; GALERA, V. **Mulheres se impõem no campo, mas ainda enfrentam preconceito**. Disponível em: <http://revistagloborural.globo.com/Noticias/noticia/2016/03/mulheres-se-impoem-no-campo-mas-ainda-enfrentam-preconceito.html>. Acesso em: 2 de jun. 2017.
- ALLEN, K-E. **The social space(s) of rural women**. Rural Society, v. 12, n. 1, p. 27-44. 2002.
- ALMEIDA, J. A. T.; NORONHA, C. B.; BRITO, E. R. P.; FARIAS, A. R. B.; ANDRADE, H. M. L. **S.A invisibilidade parcial do trabalho feminino no campo das atividades produtivas**. 18°. REDOR; UFPB; Recife; 2014
- ALVES, A. E. S. **Divisão sexual do trabalho: a separação da produção do espaço reprodutivo da família**. Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro. v. 11, n. 2. p. 271-289. Maio/agosto 2013.
- BOCK, B. **Introduction: rural gender studies in north and south**. In: BOCK, B; SHORTALL, S. Rural gender relations: issues and case studies. Wallingford, UK; Cambridge, MA: Cabi Publishing, 2006.
- BOSERUP, E. **Woman's Role in Economic Development**. Ed. George Allen & Unwin, Londres, 1970.
- BRUMER, A. **Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul**. Estudos Feministas, Florianópolis, 12(1): 205-227, janeiro-abril/2004.
- CAREGNETO, R.C.A.; MUTTI, R. **Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo**. Texto & Contexto - Enfermagem. v.15, n 4. Florianópolis, p. 679-84.
- CARLOTO, C. M. **O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais**. Serviço Social em Revista, Londrina, v. 3, n. 2, p. 201-213, 2001.
- COSTA, M. C.; LOPES, M. J. M.; SOARES, J. S. F. **Violência contra mulheres rurais**. Escola Anna Nery Revista de Enfermagem 19(1) Jan-Mar 2015.
- DALMINA, S. M.; KASPARY, E. S.; PILAR, M. H.; FALCÃO, A. D. F. **Avaliação da participação das mulheres na propriedade e na geração da renda**. Cadernos de Agroecologia.v. 2, n. 1, maio 2007. Disponível em: <<http://aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/cad/article/view/2171>>. Acesso em: 25 out. 2017.
- DANIEL, C.; **O trabalho e a questão de gênero: a participação de mulheres na dinâmica do trabalho**. In: O Social em Questão. Ano XIV - nº 25/26 – 2011 p 323-344

DEERE, C. D. **O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **O mercado de trabalho assalariado rural brasileiro**. Nº 74. Out. 2014.

DOMINGO, C. L. **Gênero y desarrollo rural**. In: Saez Olivito E. Desarrollo y ruralidad. La realidad chilena y española en el umbral del siglo XXI; 20 Março 2002; Zaragoza, Espanha. p.73-81.

EIGE. **Gender in agriculture and rural development**. 2016. Disponível em: http://eige.europa.eu/sites/default/files/documents/ti_pubpdf_mh0116799enn_pdfweb_20170124110315_no_white_pages.pdf> Acesso em 15 set. 2017.

FREITAS, S. L. R.; ABREU, M. P.; MESQUITA, G. R. I.; JAIME, V. S.; GORDO, J. M. L.; SILVA, L. A. F. **Diferenças entre os gêneros na assistência técnica e extensão rural realizada por médicos veterinários: paradigma ou preconceito**. Rev. Ceres, Viçosa, v. 61, n.1, p. 001-008, jan/fev, 2014.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 120p.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GOLDIM, J. R. **Projeto de Pesquisa: Aspectos Éticos e Metodológicos**. 2001. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/bioetica/projeto.htm>

HERRERA, K. M. **Da invisibilidade ao reconhecimento: mulheres rurais, trabalho produtivo, doméstico e de care**. Política & Sociedade - Florianópolis - Vol. 15 - Edição Especial - 2016

HIRATA, H.; KERGOAT, D. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. In: Cadernos de pesquisa, [S. l.]. v. 37, n. 132, set./dez. 2007, p. 595-609

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censos Demográficos de 2000 e 2010**. Rio de Janeiro. Disponível em: <www.biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em 4 jun. 2017.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2004 a 2009 e 2011 a 2012**. Rio de Janeiro. Disponível em: <www.biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em: 4 jun. 2017.

INCRA; CRUB; UnB. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Primeiro censo da reforma agrária no Brasil**. Brasília; Ministério Extraordinário de Política Fundiária, 1998

IZQUIERDO, M. J. **Bases materiais do sistema sexo/gênero**. São Paulo: SOF, [1992]. Mimeografado. Disponível em: <https://anossapropriasubstancia.wordpress.com/2016/12/21/bases-materiais-do-sistema-sexogenero%C2%B9/>

LAVINAS, L. **Emprego feminino: O que há de novo e o que se repete, Dados**. Rio de Janeiro. v. 40, nº1, 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000100003. Acesso em setembro de 2017.

MACIAZEKI-GOMES, R. C., NOGUEIRA, C., & TONELI, M. J. F. (2016). **Mulheres em contextos rurais: um mapeamento sobre gênero e ruralidade**. *Psicologia & Sociedade* 28(1); 2016. p. 115-124

MAIA, C., LOPES, M. F. **As desigualdades de gênero no contexto do desenvolvimento humano**. Unimontes Científica. Montes Claros, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2001.

MATEI, A.P.; FILIPPI, E.E.; **O bioma pampa e o desenvolvimento socioeconômico em Santa Vitória do Palmar**; *Ensaio FEE*; v. 34; número especial; pp. 739-764; Porto Alegre; 2013.

MELO, H. **A invisibilidade do trabalho feminino nas estatísticas**. Dissertação apresentada a Faculdade de Economia (UFF). São Paulo, 2007.

MESSING, K. **Are women “the weaker Sex” or do just have hard job?** The need for research on women’s occupational helth. *Chronic Diseases in Canada*, 2:25-27. 1990.

MINAYO, M. C. S. **Revista Pesquisa Qualitativa**. v. 5, n. 7, p. 01-12, abril. 2017. São Paulo (SP).

MINISTERIO DO TRABALHO E CIDADANIA **O que é Divisão Sexual do Trabalho e como ela incide nas relações de trabalho?** 2016. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/arquivos-diversos/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/perguntas-frequentes-sae/o-que-e-divisao-sexual-do-trabalho-e-como-ela-incide-nas-relacoes-de-trabalho> Acesso em 07 outubro de 2017.

MOREIRA, M. M. S. **Assédio sexual feminino no mundo do trabalho: algumas considerações para reflexão**. *Serviço Social em Revista, Londrina*, v. 4, n. 2, 2002

MORGANTE, M. M.; NADER, M. B. **O patriarcado nos estudos feministas: um debate teórico**. 25 de outubro de 2015. Disponível em: http://www.encontro2014.tj.anpuh.org/resources/anais/28/1399953465_ARQUIVO_textoA NPUH.pdf Acesso em: 05.10.2017.

ONU Mulheres. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/referencias/principios-de-emponderamento-das-mulheres/> Acesso em: 5 de outubro de 2017.

PEREIRA, A. G. **Divisão sexual do trabalho: limitação à igualdade de gênero e ao desenvolvimento**. 2012. Disponível em:

<<http://www.ufpb.br/evento/liti/ocs/index.php/17redor/17redor/paper/download/375/211>>; Acesso em 10 abr. 2017.

PEREIRA, R. S.; **Abordagem teórica sobre a questão de gênero e desenvolvimento rural: dos projetos assistenciais ao planejamento de gênero**. P. 17-42. In: Desenvolvimento rural e gênero: abordagens analíticas, estratégias e políticas públicas/ Organizadores Jefferson Andronio Ramundo Staduto, Marcelino de Souza, Carlos Alves do Nascimento. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2015. 348 p.

PIZZINATO, A.; HAMANN, C; MACHADO, R. O; STREY, M. N. **Relações de gênero e ruralidade nos projetos vitais e noções de si de jovens mulheres**. Fractal: Revista de Psicologia, v. 27, n. 3, p. 247-255, set.-dez. 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1984-0292/1484>>

PRÉVOST, H. **O empoderamento através do prisma de um objetivo econômico: o caso do projeto "Gênero e Desenvolvimento" em Benin**. Anais 18} REDOR, novembro/2014. UFRP, Recife –PE

SALES, C. M. V. **Mulheres Rurais: Tecendo Novas Relações e Reconhecendo Direitos**. Estudos Feministas, Florianópolis, 15(2): 240, maio-agosto/2007.

SANTANA, V. C.; BENEVENTO, C. T. **O conceito de gênero e suas representações Sociais**. EFDeportes.com, Revista Digital. Ano 17, nº 176, Buenos Aires. Janeiro de 2013.

SARDENBERG, C. M. B. **Conceituando “empoderamento” na perspectiva feminista**. Transcrição revisada da comunicação oral apresentada ao I Seminário Internacional: Trilhas do Empoderamento de Mulheres – Projeto TEMPO’, promovido pelo NEIM/UFBA, em Salvador, Bahia, de 5-10 de junho de 200606Disponível em: <<http://www.repositorio.ufba.br:8080/ri/bitstream/ri/6848/1/Conceituando%20Empoderamento%20na%20Perspectiva%20Feminista.pdf>> Acesso em: 14 out. 2017.

SUERTEGARAY, D. M. A.; GUASELLI, L. Paisagens (imagens e representações) do Rio Grande do Sul. In VERDUM, R.; BASSO, L. A.; SUERTEGARAY, D. M. A. **Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação**. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2004. p.37-38.

Sempre Viva Organização Feminista. **Persiste desigualdade entre gêneros**. Boletim, 2012. Disponível em: <http://rio20.ebc.com.br/debates/?categoria=debate_genero>. Acessado em 13 de abr. 2017.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.

SOUSA, L. P.; GUEDES, D. R. **A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década**. Estudos avançados; Ed. UFRGS, n. 30; v.37; 2016.

TRIGO, L. G. G. **As milenares origens do preconceito de gênero**. Revista Turismo e Desenvolvimento. 2015. Disponível em: <<http://www.anptur.org.br/anptur/anais/v.10/Anais/DCL2/011.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2017.

YANNOULAS, S. C. Dossiê: **Políticas públicas e relações de gênero no mercado de trabalho**. Brasília: CFEMEA, 2002

APÊNDICE A

Questionário para a execução do Trabalho de Conclusão de Curso
**“Mulheres trabalhadoras da área rural no município de Santa
 Vitória do Palmar: dificuldades e desafios”.**

1. Faixa etária (idade):

18-26 27-34 35-42 43-50 51-58 59-65 66 ou +

2. Estado civil:

Solteira Casada Viúva Outro _____

3. Ensino formal:

1º. G. Incompleto 1º. G. Completo

2º. G. Incompleto 2º. G. Completo

Superior. Qual? _____

Pós-graduação. Qual? _____

4. Tem filhos?

Não Sim. Quantos? _____

5. Quantas pessoas moram na sua casa ou propriedade? _____

Quem são?

Marido Filho(s) Mãe Pai Outros: _____

6. Quem realiza as tarefas domésticas, de cuidado da família, da casa e do quintal?

Só eu Eu, mas o marido ajuda Eu, mas os filhos ajudam

As tarefas são distribuídas por igual entre todos

Temos empregada Outro: _____

7. Área de atuação no meio rural:

Produtora Rural

Profissional liberal prestadora de serviços. Especifique: _____

Funcionária de propriedade rural. Função atual: _____

Outra: _____

8. Sua família possui outra renda além da sua obtida em seu emprego ou na sua propriedade?

Não Sim. Qual? _____

9. Você recebe ou já recebeu renda inferior à dos homens pela mesma atividade?

Sim Não

10. Você se considera com sobrecarga de trabalho por realizar as atividades domésticas, de cuidado da família e pelo exercício de um trabalho remunerado?

Sempre Quase sempre Às vezes Raramente Nunca

11. Você se sente valorizada na sua área de atuação por ser mulher?

Sempre Quase sempre Às vezes Raramente Nunca

12. Você sente que suas opiniões no seu trabalho são desvalorizadas por ser mulher?

Sempre Quase sempre Às vezes Raramente Nunca

13. Você percebe tratamento desigual na sua atividade pelo fato de ser mulher?

Sempre Quase sempre Às vezes Raramente Nunca

Poderia dar um exemplo? _____

14. Algumas pessoas já mostraram dúvidas sobre sua capacidade de realizar as atividades no seu trabalho pelo fato de ser mulher?

Sempre Quase sempre Às vezes Raramente Nunca

15. Você se sente desconfortável com o comportamento dos colegas de trabalho em relação a sua pessoa pelo fato de ser mulher?

Sempre Quase sempre Às vezes Raramente Nunca

16. Seus familiares e amigos já lhe disseram que essa atividade não é própria para mulheres?

Sempre Quase sempre Às vezes Raramente Nunca

Se sim, o que justificam? _____

17. Já teve medo ou sentiu insegurança durante o exercício de seu trabalho pelo fato de ser mulher?

Sempre Quase sempre Às vezes Raramente Nunca

18. Caso você já tenha sofrido alguma ação discriminatória em seu trabalho por ser mulher, poderia descrevê-la? _____

19. Já ouviu alguma frase que lhe desqualifique como mulher em seu trabalho?

() Não () Sim.

Qual(is)? _____

20. O quê você faz para minimizar estas dificuldades encontradas no seu trabalho?

21. Espaço para observações e sugestões sobre a atividade da mulher no meio rural.

Obrigada pela participação!

APÊNDICE B**TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO, LIVRE E ESCLARECIDO****Trabalho de Conclusão de Curso
INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL – UFRGS****NOME:** _____**RG/CPF:** _____

Este Consentimento Informado explica o Trabalho de Conclusão de Curso “Mulheres trabalhadoras da área rural no município de Santa Vitória do Palmar: dificuldades e desafios” para o qual você está sendo convidado a participar. Por favor, leia atentamente o texto abaixo e esclareça todas as suas dúvidas antes de assinar.

Aceito participar do Trabalho de Conclusão de Curso “Mulheres trabalhadoras da área rural no município de Santa Vitória do Palmar: dificuldades e desafios”- do Curso Bacharelado em Desenvolvimento Rural – PLAGEDER, que tem como objetivo geral analisar as dificuldades encontradas por mulheres no trabalho produtivo no meio rural de Santa Vitória do Palmar.

A minha participação consiste na recepção da aluna Cristina Rodrigues Trein para responder o questionário de pesquisa.

Fui orientado(a) de que as informações obtidas neste Trabalho de Conclusão serão arquivadas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS e que este projeto/pesquisa resultará em um **Trabalho de Conclusão de Curso** escrito pela aluna. Para isso, () **AUTORIZO** / () **NÃO AUTORIZO** a minha identificação.

Declaro ter lido as informações acima e estou ciente dos procedimentos para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso, estando de acordo.

Assinatura _____**Santa Vitória do Palmar, _____/_____/2017**